

ATESTMED

REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA POR ANÁLISE DOCUMENTAL

Secretaria de Regime Geral de Previdência Social

Departamento de Perícia Médica Federal

A QUEM SE DESTINA?

O Benefício por Incapacidade Temporária destina-se ao segurado que comprove a incapacidade para o trabalho.

Existem duas formas de avaliação da incapacidade para o trabalho:

- Por meio de Análise Documental; e
- Por meio de Perícia Presencial.



HISTÓRICO DO ATESTMED

Fechamento das agências
devido à pandemia da
COVID 19

03/2020

05/2020

Início do **1º ATESTMED** concessão de BI no
modelo de antecipação de 1 salário mínimo.
LEI N° 13.982, DE 2 DE ABRIL DE 2020

ATESTMED para **conceder o benefício** em si
e não apenas antecipando 1 salário mínimo
LEI N° 14.131, DE 30 DE MARÇO DE 2021

03/2021

12/2021

Fim do 1º
ATESTMED

HISTÓRICO DO ATESTMED

Início do 2º ATESTMED

Modelo simplificado, com manutenção do benefício limitada a **90 dias** e para agências com tempo de espera maior que 30 dias.

LEI N° 14.441, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022; e

PORTARIA CONJUNTA MTP/INSS N° 7, DE 28 DE JULHO DE 2022

08/2022

Ampliação do alcance do ATESTMED a todas as agências e manutenção do benefício por até **180 dias**.

PORTARIA CONJUNTA MPS/INSS N° 38, DE 20 DE JULHO DE 2023

07/2023

Melhorias no **MeuINSS** e Central 135 para facilitar o acesso do cidadão ao benefício por incapacidade por ATESTMED e **aumentar os requerimentos de benefício por incapacidade** por meio da análise documental

08/2023

EVOLUÇÃO DAS REGRAS

PORTARIA CONJUNTA MTP/INSS Nº 7, DE 28 DE JULHO DE 2022

Limitado a agências com tempo de espera superior a 30 dias

Prazo máximo do benefício em até 90 dias

Novos requerimentos após 30 dias da última análise realizada

Requerimento apenas pelo MeuINSS e com documentos digitalizados

PORTARIA CONJUNTA MPS/INSS Nº 38, DE 20 DE JULHO DE 2023

Qualquer agência pode receber requerimento de benefício por incapacidade por análise documental

Prazo máximo do benefício em até 180 dias, com possibilidade de somar o prazo de vários atestados

Novos requerimentos após 15 dias da última análise realizada

Requerimentos pelo MeuINSS por documentos digitalizados e por atestados eletrônicos

VANTAGENS DO ATESTMED

Se o segurado possuir **documento médico ou odontológico** (laudo, relatório ou atestado), poderá obter seu benefício por incapacidade temporária sem sair de casa e sem a necessidade de realização de perícia médica presencial.

A análise documental à distância é bem mais:

- simples, já que o segurado não precisa comparecer a uma agência do INSS e tudo pode ser resolvido pelo aplicativo do meu MeuInss;
- fácil, pois não depende de vagas em agências, como ocorre nas perícias presenciais;
- rápido, já que a documentação pode ser analisada por qualquer perito do Brasil.

REQUISITOS DA DOCUMENTAÇÃO

Para essa análise, a documentação médica ou odontológica deverá **ser recente** (ter até 90 dias da data do pedido do benefício), **estar legível, sem rasuras** e conter:

- a identificação do requerente;
- data de emissão;
- o período estimado de repouso necessário;
- assinatura e carimbo do profissional com CRM, CRO ou RMS; e
- informações sobre a doença ou CID.

Atenção! Devem ser incluídos **todos os documentos** médicos ou odontológicos que o(a) segurado(a) possua sobre a doença que está motivando o requerimento do benefício por incapacidade temporária.

INFORMAÇÕES SOBRE O SERVIÇO

O pedido com análise à distância do documento médico ou odontológicos apresenta as seguintes características:

- o **período máximo de afastamento permitido é de 180 dias**. Atestados que indiquem afastamento por prazo indeterminado concederá o benefício pelo prazo máximo;
- não permite restabelecimento de benefício anterior;
- permite **pedidos subsequentes**, caso permaneça a incapacidade para o trabalho, desde que a soma dos benefícios já concedidos não ultrapasse 180 dias;
- m uma próxima etapa, quando o sistema estiver adaptado, será possível conceder o benefício por incapacidade restrito ao leito hospitalar/domiciliar, bem como, fazer a relação (nexo) entre a doença e o trabalho para concessão de benefício por incapacidade acidentário.

INFORMAÇÕES SOBRE O SERVIÇO

Importante!

Não há indeferimento no ATESMED. Caso não seja possível conceder o benefício por incapacidade temporária apenas pela análise da documentação apresentada, o(a) segurado(a) será avisado da necessidade de agendamento de uma perícia presencial.

Caso o segurado **tenha uma perícia presencial agendada** e quiser **mudar** para a **análise documental**, basta fazer um novo pedido e seguir no preenchimento dos dados. O sistema **transformará a perícia presencial em análise documental**. Vale ressaltar que, não sendo possível conceder o benefício por incapacidade apenas pela análise da documentação, serão preservadas as datas da perícia presencial anteriormente marcada, bem como a data do requerimento inicial do pedido.

ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Portaria MPS nº 1.573, de 10 de maio de 2023.

Estabelece as diretrizes para formalização, gestão e operacionalização dos Acordos de Cooperação Técnica - ACTs do Serviço de Suporte ao Segurado no Requerimento de Benefícios por Incapacidade Temporária Documental.

O **Ministério da Previdência Social** tem orientado as entidades acordantes por meio de **roteiro** de apoio ao segurado para requerimento do benefício por incapacidade por meio de análise documental e prestando suporte remoto para aumentar a efetividade da ferramenta **ATESTMED**.